

EXPANSÃO GEOGRÁFICA E ESCOLA DE FAZENDA NO MARAJÓ
GOEGRAPHIC EXPANSION AND FARM SCHOOL IN MARAJÓ
AMPLIACIÓN GEOGRÁFICA Y GRANJA ESCUELA EN MARAJÓ

Mailson de Lima Nazaré¹
Alcidema Magalhães²

50

Resumo

Este trabalho analisa a constituição de Escolas de Fazenda, no arquipélago do Marajó no Estado do Pará, precisamente no município de Soure o qual, é desenvolvido por meio de abordagem qualitativa, e a coleta de dados ocorreu por meio de levantamento bibliográfico e pesquisa documental com base em André (1982) e Gil (2008), registros fotográficos e trabalho de campo conforme Brandão (2007), além disso, recorremos à análise qualitativa segundo Minayo (2012). O estudo parte de reflexões sobre a expansão geográfica iniciada pelo comércio ultramarino que leva formação de fazendas no Marajó o que consequentemente produz grandes latifúndios e uma elite agrária local, onde este contexto na contemporaneidade vai tensionar práticas educativas que formam as denominadas de Escolas de Fazenda, como uma realidade na região, que possuem com público alvo as comunidades de vaqueiros da região. Apontamos que estas escolas precisam de uma atenção do poder públicos que possam garantir direitos as comunidades atendidas e um funcionamento de qualidade.

Palavras-chaves: Marajó; Capital; Comunidade de Vaqueiros.

Abstract

This work analyzes the establishment of Ranch Schools in the Marajó archipelago in the state of Pará, specifically in the municipality of Soure. The study employs a qualitative approach, with data collection through bibliographic research and documentary analysis based on André (1982) and Gil (2008), photographic records, and fieldwork as described by Brandão (2007). Furthermore, qualitative analysis was employed according to Minayo (2012). The study begins with reflections on the geographical expansion initiated by cowherd communities, which led to the formation of farms in Marajó, consequently producing large landholdings and a local agrarian elite. This contemporary context creates tension in educational practices that form the so-called Ranch Schools, a reality in the region, targeting the communities of cowherd. We point out that these schools require attention from public authorities to guarantee the rights of the communities served and ensure quality operation.

Keywords: Marajó; Capital; Cowherd Community.

Resumen

Este trabajo analiza el establecimiento de Escuelas de Hacienda en el archipiélago de Marajó, estado de Pará, específicamente en el municipio de Soure. El estudio emplea un enfoque cualitativo, con recolección de datos mediante investigación bibliográfica y análisis documental con base en André (1982) y Gil (2008), registros fotográficos y trabajo de campo según lo descrito por Brandão (2007). Además, se empleó un análisis cualitativo según Minayo (2012). El estudio comienza con reflexiones sobre la expansión geográfica iniciada por el comercio exterior, que condujo a la formación de haciendas en Marajó, produciendo consecuentemente grandes latifundios y una élite agraria local. Este contexto contemporáneo crea tensión en las prácticas educativas que forman las llamadas Escuelas de Hacienda, una realidad en la región, dirigidas a las comunidades de vaqueros. Señalamos que estas escuelas requieren atención de las autoridades públicas para garantizar los derechos de las comunidades atendidas y asegurar un funcionamiento de calidad.

Palabras clave: Marajó; Capital; Comunidad de vaqueros

¹ E-mail: marajo140379@gmail.com

² E-mail: alcidema@ufpa.br

INTRODUÇÃO

O arquipélago do Marajó está localizado em uma área déltica entre o rio Amazonas e Tocantins no Estado do Pará, região costeira do norte do Brasil, possui uma rica biodiversidade, imersa em paisagens que envolvem áreas de florestas densas e esparsas, mangues, várzeas, praias, campos entre outros, que podem ser observadas em ambientes rurais e urbanos.

Para Boulhosa (2016) o arquipélago marajoara é composto por vegetação formada de floresta nativa e secundária, e ainda por cerrados, campos naturais, manguezais e igapós, nesse caminho Miranda Neto (2005) aponta que o arquipélago está imerso em um clima sazonal de fortes chuvas e estiagens, formando o que se conhece na região com verão amazônico e inverno.

Rossetti e Sousa (2011, p. 70) destacam que o clima da região marajoara é “equatorial úmido e caracteriza-se por temperatura média em torno de 27°C, com mínima superior a 18°C e máxima de 36°C, havendo alta pluviosidade e umidade nos seis primeiros meses do ano”.

Nesse período de alta pluviosidade e umidade, os marajoaras conhecem como inverno, os campos alagam, rios, lagos, furos transbordam e mudam a dinâmica da região, impactando nos modos de vida dos marajoaras que vivem nos campos, aspectos estes, que o Padre italiano Geovanni Gallo (1981) em sua estada na região observou como uma ditadura das águas, por condicionar os modos de vidas locais. Gallo (1981, p. 63) ao documentar o cotidiano que vivenciou relatou que no Marajó predominava uma ditadura absoluta que não se baseava nas forças armadas, mas nos movimentos das águas, na cheia e seca, dizia ele “quem manda é a água, é a água que dá o sustento e cria as dificuldades”.

Gallo foi um sacerdote da companhia de Jesus que chegou no Brasil em 1970 e viveu na região dos campos marajoaras, precisamente na Vila de Jenipapo no município de Santa Cruz do Arari, indo depois morar em Cachoeira do Arari, outro município marajoara, além disso, foi o responsável pela organização do Museu do Marajó em 1972 (OLIVEIRA, 2012), atualmente o museu possui gestão compartilhada com o Governo do Estado do Pará.

Cabe ressaltar que em função de sua localização, o arquipélago do Marajó foi objeto de cobiça de europeus no período da colonização o qual avançou e se consolidou a partir de 1665, quando Antonio de Sousa de Macedo recebe a carta de Capitão Geral e Governador da Ilha de Joanes (MACEDO; MOTTA, [s.d.]), iniciando o processo de tráfico de africanos negros para serem submetidos ao trabalho na condição de escravos.

O período de ingresso dos primeiros africanos para o que se denominava de Grão-Pará e consequentemente para a região marajoara, segundo Bezerra Neto (2012) é datado de 1680, o que vai dizimar povos indígenas que habitavam a região e consolidar uma expansão geográfica pelos europeus, com a constituição de fazendas agrícolas e posteriormente para criação de gados cavalares, bovinos e bubalinos.

Esta movimentação expansionista, colonizadora dos europeus, como destaca Prado Junior (1961) não é um fato isolado, uma aventura sem precedente, ou um fato espontâneo, mas sim uma ação que teve um direcionamento de uma nação empreendedora que se jogava ao alto mar, no caso Portugal, melhor posicionado geograficamente entre os países europeus, e em um contexto onde a arte de navegar estava em uma revolução,

como novas rotas marítimas, tais aspectos, os impulsionava a se estabelecer em áreas mais longínquas, para não encontrar seus adversários comerciais.

Cabe ressaltar que este é um contexto da expansão marítima comercial, Marx nos diria que é fase da acumulação primitiva do capital na Europa, onde, o papel principal desta expansão é desempenhado pela conquista, a subjugação, os assassinatos para roubar, em suma a violência como meio de enriquecimento (Marx, 1867, p. 960).

Por isso, destacamos que esta expansão vai ao encontro do que Harvey (2004) aponta na contemporaneidade como expansão geográfica do capital, por ser um movimento em que o modo de produção capitalista, neste caso em fase inicial, foi à procura de novas fronteiras para explorar riquezas e gera desigualdades, e criar novas espacialidades, como as fazendas no Marajó.

Essas fazendas forçaram o contato do europeu colonizador com o negro na condição de escravo e os povos originários indígenas, o que leva a formação de um morador nativo na região, o vaqueiro marajoara, que é a figura mais propagada no Marajó como destaca Boulhosa (2016), um afromarajoara segundo Nazaré (2021), por possuir a herança e resistência ancestral do africano em vários aspectos de seus traços culturais.

Portanto, refletindo as questões apresentadas acima que procuramos desenvolver esse estudo, o qual, visa analisar como a expansão geográfica, que inicia a partir do período colonial, pelo comércio ultramarino, tensionou a formação de Escola de Fazenda nos campos do arquipélago do Marajó. Importante frisar que examinamos a expansão geográfica em perspectiva do capital reconhecendo sua fase inicial, ou melhor, uma realidade vinculada a exploração em fase comercial que vai gerar acumulação e uma elite agrária no Marajó.

As Escolas de Fazendas são realidade observadas desde a década de 1930 nos campos de Soure no arquipélago do Marajó, *locus* deste estudo, funcionam em uma espécie de concessão do fazendeiro como aponta Araújo (2002), e onde se estabelece uma relação de parceria do público no privado como realça Nazaré e Magalhães (2025).

Uma questão que problematizamos é que estes modelos de Escolas podem contribuir para a fixação no campo da família do vaqueiro, morador e trabalhador dessas fazendas, tornando este uma mão de obra barata para o fazendeiro detentor do poder financeiro, logo, alvo da expansão geográfica do capital. O capital entendido na perspectiva de Marx (1978), ou seja, desenvolvido pelo modo de produção capitalista que gera lucro pela exploração de força de trabalho.

Destacamos que este estudo possui abordagem qualitativa segundo Minayo (2012), o que nos permite reflexões de intencionalidade e significados dos atos e estruturas sociais em diferentes contextos de uma determinada análise. A pesquisa se desenvolve no meio rural do município de Soure, um dos 17 (dezessete) que compõem o Marajó no Estado do Pará.

A coleta de dados ocorreu por meio de levantamento bibliográfico, assim como, realizamos pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, tais, procedimentos foram fundamentados em Gil (2008) e André (1982), registros fotográficos e o trabalho de campo conforme Brandão (2007) também foi uma constante neste estudo.

Como participantes da pesquisa tivemos professores que atuam na rede municipal de ensino em Escolas de Fazenda, assim como vaqueiros da região, o que nos permitiu obter uma análise sobre o processo de expansão geográfica no território em estudo e uma compreensão sobre a organização das Escolas, ressaltamos que os cuidados éticos foram tomados com o uso do termo de consentimento livre e esclarecido.

Neste sentido, ao estudarmos as Escolas de Fazenda relacionando-as como produto da expansão geográfica tensionadas pela colonização no Marajó, procuramos refletir como as transformações sociais continuam subjugando o modo de vida dos cidadãos do campo em nosso país, negando-lhes direitos como o acesso à educação escolar.

O ARQUIPÉLAGO MARAJOARA E O MUNICÍPIO DE SOURE

Uma imensidão de ilha chamou Miguel Evangelista (1987), ao se referir às diversas características que envolvem o Marajó, sejam elas, culturais, econômicas e ambientais, o que se configurou para Miranda Neto (2005) um desafio da Amazônia, principalmente pelas suas complexidades climáticas sazonais, sendo para Vicente Miranda (1907; 1894) uma admirável terra marajoense de grande riqueza.

Marajós para Agenor Sarraf (2009), pois, para este autor há a necessidade de se pluralizar a denominação, e desta forma chamar a atenção para as realidades complexas, tanto culturais, como físicas, humanas, históricas existentes na região marajoara, enfrentando, neste sentido, visões homogêneas e preconceituosas de origem eurocêntricas que ignoram essas complexidades, e atribuem à região apenas valores exóticos, paisagísticos e de interesses turísticos.

Alvo do expansionismo das potências europeias, tais como, ingleses, holandeses, franceses e os portugueses, o arquipélago era inicialmente habitado por nações de povos originários, como os Aruãs, Sacacas, Marauanás, Caiás, Ararís, Anajás, Muanás, Mapuás, Pacajás e foi de início denominado de Nheengaíbas pelos colonizadores, o que para eles significava segundo Boulhosa (2016) língua má, incompreensível e complicada de se entender.

Ressalta-se ainda, que a região por um longo período passou a se chamar de Joanes ou Ilha Grande de Joanes, o motivo se relacionava ao fato de que:

[...] Joanes eram chamados os membros de uma das grandes nações indígenas da ilha. Localizada em um dos pontos mais elevados da ilha, na baía de Marajó, de Joanes podia-se controlar a entrada de navios estrangeiros que buscavam acesso a Belém e aos rios Tocantins, Xingu e Amazonas (SCHAAN; MARQUES, 2012, p. 111).

Joanes se localiza ao lado leste do arquipélago, com uma posição geograficamente estratégica foi particularmente o local onde efetivamente se iniciou o processo de colonização marajoara. A partir de 1754, passou-se a usar o nome de Marajó, nome de um rio que atravessa o arquipélago, o rio Marajó-açu, entretanto, em tupi Marajó significa mbara-yo “barreira do mar ou tirado do mar”.

54

Mapa 01 – Arquipélago do Marajó

As denominações Marajó dos campos ou florestas, estão relacionadas a aspectos empíricos e de relações naturais e socioambientais em que se relacionam determinada localização municípios marajoaras, no Marajó dos campos estariam os municípios da costa leste, também denominados de Marajó oriental, compondo esta região estão os municípios de Cachoeira do Arari, Santa Cruz do Arari, Soure e parte do município de Chaves, os demais estariam no Marajó das florestas. Além disso, como mesorregião geográfica do Marajó segundo o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó (PDTSAM, 2007) envolve todos os municípios da região de integração, onde:

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), (ISSN: 2359-0831 - *on line*), Belém, v. 12, n. 01, p. 50 – 68, jul-dez. / 2025.

Expansão geográfica e escola de fazenda no Marajó

Em relação às microrregiões temos os seguintes municípios distribuídos (Quadro 01):

Quadro 01- Municípios das microrregiões do Marajó

MRG ARARI	MRG FURO DE BREVES	MRG PORTEL
Cachoeira do Arari	Afuá	Bagre
Chaves	Anajás	Gurupá
Muaná	Breves	Melgaço
Ponta de Pedras	Curralinho	Portel
Salvaterra	Oeiras	
Santa Cruz do Arari	São Sebastião da Boa Vista	
Soure		

Fonte: Autores da pesquisa (2025), adaptado de PDTSAM (2007).

55

Ainda em meio aos diferentes municípios marajoaras é possível encontrar diferentes ilhas como Mexiana, Caviana, Machado, Tatuóca, Cutejuba, Capim, Carnapijó como destaca Moraes (1939), e algumas com fortes influências das águas do oceano atlântico, o que reforça os aspectos de heterogeneidade socioambiental da região, com a presença de fenômenos naturais com a pororoca³.

Em meio a estes emaranhados de diversidades socioambientais está Soure, município que possui 24.204 habitantes com uma área de 2.857,349 km² segundo o IBGE (2022), era ocupado no período da colonização por povos indígenas Mundis e Muruanazes pertencentes aos Aruãs, que tiveram seus territórios transformados em povoado, chamado de Monforte. Cruz (1987) e Lisboa (2012) destacam que no povoado Monforte estavam os territórios de Soure e os distritos de Condeixas, Monsarás e Joanes. Monforte foi transformado em vila em 1757 e se constituiu de fato no município de Soure (Mapa 02) em 20 de janeiro 1859.

Mapa 02 – município de Soure



Fonte: Medeiros e Silva (2015).
Base de dados IBGE, SISCOS/IBAMA.

³ Fenômeno natural que ocorre a partir do encontro das águas de rio com o mar, causando fortes correntezas, maresias e banzeiros.

Certamente a expansão geográfica do modo de produção capitalista impulsionou a colonização com as atividades missionárias de ordens religiosas na região marajoara de Soure, estabelecendo um núcleo urbano, que além de levar a extinção dos povos originários, transformou seus territórios em fazendas por meio de concessões de terras pelo sistema de sesmarias.

As sesmarias foram segundo Nozoe (2006) um dos principais instrumentos que promoveram o povoamento da colonização portuguesa no Brasil, pois, a partir dela o monarca Português, ignorou o direito ao território aos povos originários e passou a distribuir suas terras por meio de doações.

Instituído no reinado de Fernando I como uma lei agrária de fomento da produção agrícola e do cultivo das terras ermas— reconquistadas aos mouros ou deixadas ao abandono por conta do declínio da população rural dizimada pela peste negra ou rarefeita pelo êxodo em direção aos centros urbanos—, a medida foi, posteriormente, denominada das sesmarias (NOZOE, 2006, p. 588).

Portanto, é neste contexto, que os campos do município de Soure se transformaram em propriedades privadas e passam a servir de elementos estruturantes da expansão geográfica que beneficia o desenvolvimento da acumulação do capital.

EXPANSÃO GEOGRÁFICA E A CONSTITUIÇÃO DE FAZENDAS

Em tempos de debates sobre as mudanças climáticas e de suas consequências que passam a colocar a humanidade em estado de alerta, principalmente em decorrência do que ela pode ocasionar para todas as espécies de vida do planeta, não se pode ignorar os efeitos da expansão geográfica do modo de produção capitalista para esta realidade.

Nesse caminho, quando nos referimos ao processo de expansão geográfica no Marajó, partimos do processo de colonização e do regime escravocrata, que deixaram suas marcas profundas em suas dinâmicas de ocupação local, as quais, são perceptíveis quando se observa os aspectos geohistóricos que envolvem divisão racial e do trabalho na região.

Para entendermos esta dinâmica na região marajoara é importante apreender como se desenvolveu o seu sistema agrário, o qual, refletimos na perspectiva de Angelo-Menezes (2000), segundo a autora:

O termo sistema agrário é empregado para caracterizar, dentro de um espaço, a associação das produções e das técnicas colocadas por uma sociedade em via de satisfazer suas necessidades. Ele exprime, particularmente, a interação entre um sistema biológico, representado pelo meio natural, e um sistema sociocultural, mediante as práticas saídas especialmente do conhecimento técnico. Daí a necessidade de qualquer intervenção no meio rural passar pela compreensão das formações agrárias e de sua dinâmica dentro de um contexto global, sistêmico e histórico, contextualizado na complexidade da realidade (ANGELO-MENEZES, 2000, p. 97).

Angelo-Menezes (2000), destaca ainda que o sistema agrário contém diferentes elementos que refletem as relações em uma determinada sociedade rural, indicando inclusive suas ações de dependências, por

isso, é importante observar como estas relações se estabelecem nas sociedades locais relacionando-as aos seus territórios, assim, identificar sistemas agrários locais, segunda a autora nos permite uma visão mais ampla sobre a organização do espaço e o funcionamento de sistemas estabelecidos nestes espaços.

No caso do arquipélago do Marajó, De Souza (2013) em seus estudos destaca a existência de alguns sistemas agrários, entre eles o indígena que teria funcionado de 3.500 A.C até aproximadamente 1498 D.C; do sistema agrário colonial desenvolvido entre 1498 a 1823; do sistema agrário da economia da borracha de 1824 a 1950; e do sistema agrário contemporâneo com início de 1950 até os dias atuais.

Ao se analisar estes sistemas, podemos obter importantes elementos do funcionamento de determinada sociedade, e dos grupos sociais nela envolvidos, conforme reflete Angelo-Menezes (2000), a exemplo dos indígenas no Marajó que tinha uma organização social própria, com cacicados onde suas principais atividades eram a caça, pesca, horticultura e a coleta, com a possibilidade de existência de experimentos produtivos como a pesca intensiva por meio de construção de barragens, rede de trocas de produtos, produções de cerâmicas com grafismos, notadamente em diferentes fases de desenvolvimento como destaca Meggers e Evans (1954) ao apontarem que os povos originários se desenvolveram nas fazes Ananatuba (1.100 A.C – 200 A.C), Mangueiras (900 A.C – 100 D.C), Formiga (100 D.C – 400 D.C), Marajoara (400 D.C – 1.300 D.C) e Aruã (1.200 DC – 1.700 D.C), ressaltamos que não pretendemos fazer uma análise descritiva das fases marajoaras e assim como dos sistemas agrários, mas refletir que o sistema agrário colonial esteve no centro da organização da sociedade marajoara, dizimando os povos originários e impulsionando uma expansão geográfica por meio do avanço de grandes propriedades rurais na região. Nesse caminho ao se analisar o sistema agrário marajoara, De Souza (2013) destaca que:

Percebeu-se a intensa articulação externa advinda desde o processo de colonização europeia até a integração mais efetiva à economia nacional, no século XX. É importante ressaltar que os momentos de ápice econômico se devem muito mais à articulação com a economia mundo, de cada época, do que com a formação econômica brasileira (DE SOUZA, 2013, p. 42).

Como se observa De Souza (2013) aponta que a colonização que atingiu o arquipélago do Marajó se desenvolveu em uma articulação de interesses externos, o que vai ao encontro do pensamento de Prado Junior (1961) ao destacar que a expansão geográfica dos europeus foi tensionada pelo comércio ultramarino, e não algo espontâneo e sem objetivos, logo, visavam fortalecer seus comércios e acumular riquezas por meio de atividades como a exploração de especiarias, e a organização de produções artesanais por meio de engenhos de açúcar.

Além disso, Lisboa (2012) identificou que a pecuária marajoara, que foi introduzida no sistema agrário colonial, atravessou os demais sistemas se desenvolvendo com diferentes comportamentos, em períodos de ascensão e declínio se alternando, mas que levam a formação dos latifúndios e de uma elite agrária que passou a estabelecer o que Harvey (2004, 2005) chama de acumulação do capital e um desenvolvimento geográfico desigual.

Ainda sobre o processo de ocupação do Marajó Macedo e Mota [s.d.], reforçam que o interesse geopolítico na região marajoara estava fortemente ligado aos interesses comerciais, onde:

A posição estratégica da Ilha e de toda a desembocadura do Amazonas, no acesso ao interior do continente e às encostas dos Andes, colocava-a no contexto internacional, como uma região continuamente contestada, entre Portugal e outras nações europeias, apesar do Tratado de Tordesilhas (1494) (MACEDO; MOTTA, [s.d.], p. 3-4).

Assim, com o avanço do processo de colonização no Brasil, controlar a circulação de embarcações estrangeiras era essencial para os portugueses, pois, dessa forma poderiam fortalecer suas atividades comerciais que exploravam a região. É neste contexto, que a posição estratégica do arquipélago a partir da região costeira, ao leste, se torna um elemento fundamental para o expansionismo colonialista, situação que começa a se materializar quando:

Em meados do século XVII estabelece-se em Joanes o pesqueiro real, que abastecia de peixes (especialmente tainhas), tartarugas, banha de tartaruga e outros gêneros o mercado de Belém. As tainhas salgadas eram usadas também para pagamento dos índios e soldados não só da ilha, mas de parte da cidade de Belém, antes da circulação das moedas de metal (SCHAAN; MARQUES, 2012, p. 111).

Cabe destacar, que a distribuição de terras pelo instituto de sesmarias continuava se desenvolvendo, com algumas fazendas sendo administradas pelas ordens religiosas, para atividades agrícolas, onde se plantava produtos como arroz, cana-de-açúcar, mandioca e cacau, com o uso do trabalho escravo indígena e do negro, com o passar do tempo a atividade pesqueira e agrícola entra em colapso e a alternativa da expansão econômica passa a ser introdução de gado (SALLES, 2015).

Estas fazendas, principalmente na parte leste, Marajó dos campos, se consolidaram e tornaram-se grandes latifúndios de criação extensiva de gado vacuum (uma espécie de gado bovino) e cavalar, e em seguida o bubalino como observou De Souza (2013), firmando-se como uma das principais atividades econômicas para o avanço do modo de produção capitalista na região desde os meados do século XVII.

De Souza (2013), ao refletir sobre a evolução do sistema agrário no Marajó, destaca que este esteve vinculado em inter-relações com a economia mundo, o que vai causar mudanças bruscas na região, para garantir os interesses de uma expansão geográfica que se volta para a produção de consumo interno e atender o mercado regional.

Notadamente observa-se, que o processo de expansão geográfica da região marajoara não se desenvolve de forma homogênea, pois, envolve um conjunto de realidade conjunturais e socioambientais que tencionam a organização do espaço, como a chegada do Marquês de Pombal e a expulsão dos Jesuítas, o advento das ideias racionalistas que visaram constituir na região grandes produções agrícolas em detrimento de extrativistas, e a formação de uma elite agrária com poder de mando, beneficiadas pelo sistema de sesmarias e por heranças familiares, nesse caminho Dias (2016) relata que as reformas Pombalinas consolidam um novo

momento na região rompendo a hegemonia econômica das ordens religiosas e instrumentalizando a classe de proprietários em ascensão na posse de fazendas.

Portanto, como destaca Salles (2015), às fazendas de criação de gado, principalmente de búfalos (Figura 01), se consolidam como a principal atividade econômica da região, atravessando séculos e se beneficiando principalmente do trabalho dos vaqueiros que se formaram na região.

Figura 01. Marajó: Vaqueiros trabalhando em curral de fazenda de búfalos



Fonte: Arquivo pesquisa de campo (2024).

Os vaqueiros marajoaras são moradores de fazendas, que vivem nelas por gerações, mesmo não possuindo como suas, e se situam em um campo de análise denominadas de comunidades tradicionais históricas, pois, vivem em áreas geográficas específicas, com ligação intensa com o território e sobrevivendo de relações baseadas na subsistência.

O vaqueiro marajoara tem suas práticas sociais, valores, saberes e experiências repassados de geração para geração como destaca Rodrigues (2017), seu trabalho representa mais que um ofício que se desenvolve nos campos marajoaras como pontua Josebel Fares (2017), ele é resistência afro-marajoara como destaca Nazaré (2021), pois, não há como se falar dos campos marajoaras sem se refletir sobre a figura do vaqueiro e sua relação ancestral negra, indígena, e de seu trabalho.

Como ofício, o trabalho do vaqueiro é pastorear o gado, ou vaqueirar, e tomar conta da fazenda, propriedade que não é sua, mas de um fazendeiro beneficiado pelo processo de expansão geográfica do capital. Entretanto, como morador dos campos, sua ancestralidade indígena e negra o permitiu desenvolver diferentes habilidades para garantir sua sobrevivência, entre elas estão:

Quadro 03: Atividades desenvolvidas por vaqueiros no Marajó

Caça e pesca de subsistência
Extrativismo
Domesticar e criar animais
Produzir artesanatos
Fazer manejo da floresta
Fazer manejo dos rios
Fazer apetrechos de vaqueiro
Navegar em canoas

Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pelos autores, 2025

Como se observa os vaqueiros do Marajó desenvolvem modos de vida para além do que seria seu ofício, aspectos, estes significativos para seu sustento e manutenção de suas tradições e por isso consideramos estas comunidades como tradicionais, pois, segundo Diegues (2000) comunidades tradicionais são:

[...] grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente (DIEGUES, 2000, p. 22).

Dentro destes aspectos Nazaré e Cordeiro (2019), destacam que mesmo não possuindo a posse desses territórios os vaqueiros vivem com suas famílias em fortes vínculos de identidade e relações socioambientais com a região, morando em fazendas que se constituem em Sede e Retiros, questão esta que foi confirmada em entrevista dada pelo vaqueiro de 75 anos de idade, Tio Ronda (Informação verbal, 2024), o qual viveu quase toda sua vida nos campos marajoaras como vaqueiro, este destacou, “*nascemos tudo lá, tenho 6 filhos, estou com 75 anos*”, além disso, sobre a fazenda que morou informa “*no Desterro tem cinco casas com a do encarregado, com a casa grande seis, tem dois retiros Santa Cruz e Cajueirinho*”, Tio Ronda é um destas vaqueiros marajoaras que vivenciou a organização destas fazendas.

Cabe informar que a Sede é a área mais povoada das fazendas, possui mais casas, é onde fica também localizada a casa do fazendeiro, a “Casa Grande”, para Boulhosa (2016) é onde está a base da infraestrutura central, já os Retiros possuem no máximo duas casas, em regiões mais distantes nos limites geográficos das propriedades, são casas em madeiras varandadas, com assoalho suspensos (Figura 02) em campo aberto com árvores ou cercados de arame e esteios de madeiras de acapu próximos para facilitar a amarração de cavalos ou búfalos utilizados em montagem.

Figura 02. Marajó: retiro de fazenda nos campos marajoaras



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Cabe destacar que, com o avanço do modo de produção capitalista e com as mudanças impulsionadas pela sociedade moderna, os vaqueiros marajoaras tornaram-se trabalhadores assalariados e estas fazendas se concentraram na atividade de criação de gados de corte. Portanto, é neste contexto de mudanças da sociedade que no início da década de 1930 começam a aparecer nos campos do município de Soure as Escolas. Araújo (2002; 2007; 2010), chamou estes espaços educativos de Escolas de Fazenda, por serem escolas dentro de fazendas de criação de gados bovinos, bubalinos e cavalares.

Araújo (2002) em estudo de doutoramento analisa estas escolas como consequências de produções culturais situada em sistema de inter-relações, sendo uma espécie de concessão de fazendeiro, com pequenas salas de aulas e classes multisseriadas, com poucas autonomias organizativas e pedagógicas, sendo um recurso de manutenção e subjugação das comunidades de vaqueiros. Em nosso estudo procuramos destacar que estas escolas são produtos de expansão geográfica tensionadas pelo comércio ultramarino dos europeus que vai constituir as grandes propriedades e a formação de uma elite local.

AS ESCOLAS DE FAZENDA NO ESPAÇO MARAJOARA

As Escolas de Fazenda no arquipélago do Marajó são uma realidade, uma espécie de público no privado (Nazaré, 2021), uma atividade social que se desenvolve nos campos de Soure a partir de 1930 tendo

como uma das precursoras a fazenda Tapera segundo Araújo (2002), funcionando por meio de uma espécie de concessão do fazendeiro.

Apontamos que o termo Escola de Fazenda está associado ao fato de práticas educativas formais, sistematizadas e organizadas em currículos que visam atender ao que estabelece a legislação educacional brasileira, sobre práticas educativas escolar de ensino e aprendizagem estarem sendo desenvolvidas em espaços formais e informais de territórios de fazendas.

Caracterizamos estes espaços educativos como produtos do tensionamento de uma expansão geográfica motivada pela exploração colonial de interesses do modo de produção capitalista em fase de ascensão, pois, este o aspecto levou a formação das fazendas de gado nos campos marajoaras, com um morador típico da região, o vaqueiro e sua família.

Constata-se que o trabalho de vaqueiro marajoara possui a característica de ser exaustivo e degradante o que é reforçado pelo clima sazonal da região, como se observa no relato do vaqueiro Tio Ronda sobre a sua rotina diária na fazenda Desterro:

Eu não me esqueço, (risos) o dia a dia do vaqueiro, eu acordava no desterro as quatro horas, aí tinha o semaneiro das vacas, cada semana era um vaqueiro pra tratar das vacas do leite, fazei meter de tarde e botava os bezerros pra mamar e meter as vacas pra folga, quando era de manhã as 5h levantava e antes das 6h estava no barracão, aí já estava com aquela ordem de a gente ir pro campo, no barracão era rápido uma hora o semaneiro já estava despachando as vacas já e ia pro campo fechar gado, castração, tirar com bezerro que paria, bezerro pequeno e lá atola muito, tira todo dia em duas semana porque lá é muita vaca, só tirar e levava pra outra cerca que era só deles, colocar os bezerros pra crescer e tirar da morte porque o bicho ia viver na lama, tirava muita vaca era 300, 400 vacas só vacas com bezerro, agora tem duas malhadas lá uma no Desterro e outra em Santa Cruz, é muito gado, só numa malhada se fechasse pra tirar boi ou pra ferra a gente pegava os lotes, pegava um lote trabalhava naquele lote, e pegava outro monte e trabalhava, tava feito o serviço (VAQUEIRO TIO RONDA, INFORMAÇÃO VERBAL, 19/07/24).

Estes contextos e a ausência de políticas públicas eficazes, e as mudanças socioculturais contemporâneas, levaram as esposas dos vaqueiros, nas últimas décadas, a começarem a migrar para a zona urbana de Soure, com o objetivo de acessar estudos para seus filhos e buscar melhores condições de vida, logo, procurando sanar estas situações de migrações, alguns fazendeiros passaram a articular com o poder público local Escolas para manutenção dessas famílias na região. Em relação migrações dos campos para a cidade a professora Vasconcelos destaca:

Olha na época foi a falta de continuidade para seus filhos né, lá nós tínhamos até a oitava série, aí devido isso foram trazendo, trazendo as pessoas porque não tinha ensino médio aí tinham que vim embora pra seguir aí as mães vinham embora e acabava que os vaqueiros vinham embora (VASCONCELOS, INFORMAÇÃO VERBAL, 22/07/24).

Cabe ressaltar que no município de Soure as Escolas de Fazenda são entendidas no contexto de educação do campo, conforme estabelece o Plano Municipal de Educação (PME, 2015) e o Documento Curricular Municipal (DCM, 2019), questão que em certa medida não se materializa como observado por Nazaré e Magalhães (2025), em estudo sobre educação do campo.

Segundo o Plano Municipal de Educação (PME, 2015-2025), o município de Soure possui 08 (oito) escolas do campo, sendo que destas apenas 04 (quatro) em áreas de Fazenda (Quadro 04), as demais são em áreas de praias.

Quadro 04 - Escolas no meio rural de Soure em 2015

Nome da Escola	Local	Redes de Ensino
EMEIF Gregoria Lobato	Fazendo Desterro	Municipal
EMEIF Guilherme P. Afilhado	Fazenda Cuieiras	Municipal
EMEF Muruci	Fazenda Muruci	Municipal
EMEIF Virgilio de Oliveira dos Santos	Fazenda Virgilandia - Araraquara	Municipal

Fonte: Plano Municipal de Educação de Soure de 2015, adaptado pelos autores (2025)

Entre as escolas do campo informadas, 03 (três) delas funcionavam, segundo o Plano Municipal de Educação (2015), em regime de convênios entre proprietários (os fazendeiros), e a prefeitura de Soure, todas apenas com no máximo a etapa de ensino fundamental.

Na situação relacionada ao funcionamento em regime de convênios estão as EMEIF Gregoria Lobato (Fazenda Desterro), EMEF Muruci (Fazenda Muruci) e a EMEIF Virgilio de Oliveira dos Santos (Fazenda Araraquara), são escolas com construções mistas em madeira e alvenaria com se observa na figura 03 (três) abaixo a escola da Fazenda Desterro, que ao atenderem os filhos de vaqueiros da região passam a serem espaços para a busca de oportunidade por meio da educação.

Figura 03. Desfile semana da pátria EMEIF Gregoria Lobato (Fazenda Desterro)



Fonte: Imagem cedida em pesquisa de campo, 2024

A figura acima, apresenta os alunos filhos de vaqueiro montados em cavalos domesticados típicos da região, se preparando para o desfile escolar da semana da pátria (7 de setembro), uma atividade que sempre ocorre na Escola Gregoria Lobato. Em relação a Escola e suas atividades, se reflete que há diferentes questões sobre os processos e práticas educativas geográficas que podem ser analisadas, o que pode subsidiar um conjunto de elementos que possibilitem maiores reflexões sobre a expansão geográfica da região e suas tensões pelo capital, como a formação de latifúndio, e as relações de trabalho que se estabelecem na região.

Nesse caminho uma situação chama a atenção, que se relaciona a Escola da Fazenda Cuieiras, a qual, não funciona em regime de convênio, como informado pela coordenadora de educação do campo do município professora Vasconcelos (Informação verbal, 2024), sendo totalmente de responsabilidade do município, questão que se confirma no PME (2015), tal situação acontece pelo fato da região ser considerada um povoado, o que destoa das reflexões sobre as Escolas de Fazenda. Destaca-se que as informações do PME (2015) foram mantidas no Documento Curricular Municipal (DCM, 2019) da prefeitura de Soure, mantendo o mesmo número de escolas no campo, 7 (sete) no geral, com 4 (quatro) de Fazendas.

Entretanto, em análises sobre a ocupação espacial dos campos marajoaras de Soure se verifica que o Ministério da Agricultura em recenseamento realizado 1920, apontava existir 124 (cento e vinte e quatro) propriedade rurais no município e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no último recenseamento realizado em 2022 informa que existe 120 (cento e vinte) estabelecimentos agropecuários no município de Soure, notoriamente os dados confirmam a expansão geográfica na região tensionadas pelo modos de produção do capital, em uma contradição com o número de Escolas de Fazenda existentes, tais, aspectos reforçam uma

reflexão sobre o descaso com a educação na região, o que requer uma melhor atenção do poder público para estes ambientes educativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo aponta que as escolas da educação básica dos campos do município de Soure estão imersas em um emaranhado social que envolve o latifúndio e o avanço do modo produção capitalista. Esse avanço é observado na constituição de fazendas originadas do processo de ocupação estabelecida pela colonização, que de início desenvolviam atividades agrícolas para em seguida se firmarem em criação extensiva de gado para o comércio, o chamado gado de corte.

A criação extensiva na contemporaneidade passou a exigir cada vez mais a presença do vaqueiro, morador típico da região que vive em constante relação com as paisagens locais, como mão de obra barata por meio do trabalho assalariado a serviço do fazendeiro.

Vivendo nessas contradições o estudo aponta que famílias de vaqueiros passaram buscar alternativas educativas de escolas formais para seus filhos em ambientes urbanos o que levou a um movimento de criação de escolas, as Escolas de Fazenda, configurando o que chamamos do público no privado, por serem Escolas públicas funcionando em ambientes privados, as Fazendas.

As Escolas de Fazenda que surgem ainda na década de 1930 nos campos marajoaras de Soure, tem como público alvo os vaqueiros e suas famílias, e na atualidade passaram a ter um número menor de estabelecimentos quando se compara ao número propriedade recenciadas pelo IBGE (2022) no Marajó, além disso, observamos que se intensifica os processos de migrações para a zona urbana de Soure, o que pode estar relacionado às mudanças socioculturais do desenvolvimento da sociedade, como a busca por melhores condições de vida pelas famílias de vaqueiros.

Portanto, destacamos que as Escolas de Fazenda no Marajó como espaço educativo necessitam de um olhar atento de pesquisadores e educadores por se tratar de uma realidade social pouco discutida, o que torna o debate muitas vezes polêmicos quando se envolve temas como as relações socioambientais e as comunidades de vaqueiros, assim como, a relação público e privado que estas escolas estabelecem para funcionar. Além disso, chamar a atenção do poder público sobre o funcionamento destas escolas é fundamental para se garantir o direito a educação de qualidade às comunidades por elas atendidas.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A. **O uso da técnica de análise documental na pesquisa e na avaliação educacional.** In: **Tecnologia educacional.** Rio de Janeiro, ABT, n. 46, mai./jun. 1982.

ANGELO-MENEZES, Maria de Nazaré. Aspectos conceituais do sistema agrário do vale do Tocantins colonial. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, p. 91-122, 2000.

ARAÚJO, Sônia Maria da Silva. Cultura e escolas de fazenda na Ilha de Marajó: um estudo com base em Raymond Williams. 2002. 241f. Tese (Doutorado em Cultura, Organização e Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002

ARAÚJO, Sonia Maria da Silva. Uma fotografia, múltiplas imagens: a educação rural no norte do Brasil. **História, ciências, saúde-Manguinhos**, v. 17, p. 1009-1022, 2010.

ARAÚJO, Sônia Maria da S. Educação em espaço insular: o caso das escolas de fazenda de Marajó, no Pará. **Revista Educação em Questão**, v. 28, n. 14, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/4465>. Acesso em: 13 out. 2024.

BEZERRA NETO, J. M.; **Escravidão Negra no Grão-Pará (século XVIIIXIX)**. Belém: Paka Tatu, 2012.

BOULHOSA, Marinete da Silva. **Entre a sela e o santo: etnográfico sobre a vida e a lida do vaqueiro marajoara**. Belém: IFPA, 2016.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Reflexões sobre como fazer trabalho de campo**. Sociedade e cultura, 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/703/70310103.pdf>. Acesso em: 10 març. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Número de estabelecimentos Agropecuários**. Brasília, 2022. disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/soure/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 08 març. 2025.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Recenseamento do Brasil. Rio de Janeiro: TVP da Estatística, 1927. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em 13 out. 2024.

BRASIL. Governo Federal. Grupo Executivo Interministerial. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó: resumo executivo da versão preliminar para discussão nas consultas públicas**. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

CRUZ, Miguel E. Miranda da. **Marajó, essa imensidão de ilha**. São Paulo: Ed. Parma, 1987.

DIAS. “**Confuso e Intrincado Labirinto**”. **Fronteira, Territorialidade e Poder na Ilha Grande de Joanes (Séculos XVII e XVIII)**. 2016. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Belém, 2016.

DIEGUES, Antônio Carlos. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. 2000.

FARES, Josebel Akel. A Épica do Vaqueiro Marajoara: Histórias de vida de Juvêncio Amador e Cartografias de Saberes no Marajó. In: FARES, Josebel Akel. (org.). **Saberes de Vaqueiros: Épica, Ancestralidade, Ofício**. Belém: Eduepa, 2017.

GALLO, Giovanni. **Marajó: a ditadura da água**. Belém, Edições “O Nosso Museu”. Santa Cruz do Arari, Pará 1981 - 2ª Edição.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. [tradução: Carlos Szlak]. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências) 252 p.

HARVEY, David. **O novo Imperialismo**. [tradução: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves]. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LISBOA, Pedro Luiz Braga. **A terra dos Aruã: uma história ecológica do arquipélago do Marajó**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2012.

MARX, Karl. **O capital-Livro 1. Crítica da Economia Política: O processo de produção do capital (1867)**. [tradução: Rubens Enderle]. Rio de janeiro: Editora Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Capítulo VI. Inédito de O capital: resultados do processo de produção imediato**. [tradução: Eduardo Sucupira Filho]. 1 ed. Editora Ciência Humanas LTDA: São Paulo, 1978.

MEDEIROS, Silvana Benassuly Maués de; SILVA, Christian Nunes da. Organização social e uso dos recursos pesqueiros no estuário amazônico: estudo de caso no Município de Soure (PA). Grajaú: **InterEspaço**, 2015. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaço/article/view/3993>. Acesso em: 07 març. 2025.

MEGGERS, Betty; EVANS, Clifford: Uma interpretação das culturas de Ilha de Marajó. **Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará**, n. 7, Belém: Museu Goeldi, 1954.

MINAYO, Maria C. Pesquisa social: teoria e método. **Ciência, Técnica**, Petrópolis: Vozes, 2012.

MIRANDA NETO, Manoel José de. **Marajó: desafio da Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2005.

MIRANDA, Vicente Chermont de. **Os campos de Marajó e a sua flora considerados sob o ponto de vista pastoril**. [S.l.: s.n.], 1907.

MIRANDA, Vicente Chermont de. **Marajó: Estudos sobre seu solo, seus animais e suas plantas**. I Fascículo, 1894.

MOTTA, Edilson Nazaré Dias; MACEDO, Pedro da Costa de Sousa de. Antônio de Sousa de Macedo capitão geral e governador da ilha de Joanes. **Actas do Congresso Internacional Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades** [s.d.]. Universidade do Porto. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/coloquios-e-congressos/espaco-atlantico-de-antigo-regime/339-339/file.html>. Acesso em: 13 nov. 2024.

NAZARÉ, Mailson Lima; MAGALHÃES, Benedita Alcidesma Coelho dos Santos. EDUCAÇÃO DO CAMPO E PAISAGENS MARAJOARAS: Uma análise sobre políticas educacionais a partir das escolas de fazenda no Marajó-PA. **Revista Contexto Geográfico**, v. 10, n. 23, p. e102318446-e102318446, 2025. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/contextogeografico/article/view/18446>. Acesso em: 10 març. 2025.

NAZARÉ, Mailson Lima. **Entre campos, tesos, várzeas e florestas: relação com as paisagens nos processos de formação identitária e resistência afromarajoara**. 2021. Dissertação (Mestrado em Estudo Antrópicos na Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Castanhal, 2021.

NAZARÉ, Mailson Lima; CORDEIRO, Raimundo Paulo Monteiro. Saberes e Práticas Educativas nos Campos do Arquipélago do Marajó. In: Seminário de Saberes, Linguagens e Oralidades da Amazônia [recurso eletrônico]: **Anais**. Org: Ana Maria Leite Lobato... [et al.]. – 1. ed. – Belém: Editora IFPA, 2020.

NOZOE, Nelson et al. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia. **Revista EconomiA**, v. 3, pág. 587-605, 2006. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6535647.pdf>. Acesso em: 07 març. 2025.

OLIVEIRA, Karla Cristina Damasceno de. **Curandeiros e pajés numa leitura museológica: o Museu do Marajó Pe. Giovanni Gallo-PA**. 2012. Dissertação de Mestrado. Disponível em: http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/12067/karla_cristina_damasceno_de_oliveira.pdf. Acesso em: 02 març. 2025.

PACHECO, Agenor Sarraf. En el Corazón de la Amazonía: identidades, saberes e religiosidades no regime das águas marajoara. 2009. 356f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

PARÁ. Decreto nº 1.066, de 19 de junho de 2008 DOE nº 31.194, de 20/06/2008. **Dispõe sobre a regionalização do Estado do Pará e dá outras providências.** Alterado pelo Decreto nº 2129 de 2022. Disponível em:

<https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/176938.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2025.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2011.

RODRIGUES, Venize Nazaré Ramos. Ser Vaqueiro no Marajó: Memórias de Ofícios Ancestrais. In: Josebel Akel Fares. (org.). **Saberes de Vaqueiros: Épica, Ancestralidade, Ofício**. Belém: Edupea, 2017.

ROSSETTI, Dilce de F.; SOUZA, Lena Simone Barata. Caracterização da rede de drenagem na porção leste da ilha do Marajó e implicações tectônicas. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v. 12, n. 1, 2011.

SALLES, Vicente. **O negro na formação da sociedade paraense**. 2 ed. Belém: Paka-Tatu, 2015.

SCHAAN, Denise Pahl; MARQUES, Fernando Luiz. Por que não um filho de Joanes? Arqueologia e comunidades locais em Joanes, Ilha de Marajó. **Revista de arqueologia**, v. 25, n. 1, p. 106-123, 2012.

SOURE. **Documento Curricular Municipal (DCM)**. Prefeitura de Soure, 2019. Disponível em: <https://soure.pa.gov.br/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

SOURE. **Plano Municipal de Educação (PME) 2015-2025: A caminho de educação inclusiva e participativa**. Prefeitura de Soure, 2015. Disponível em: <https://soure.pa.gov.br/wp-content/uploads/2022/08/PME-Soure-20181012.pdf>. Acesso em 23 ago. 2024.

SOUZA, Armando Lírio de. Evolução do sistema agrário do Marajó: Uma perspectiva sócio-histórica. **Terceira margem Amazônia**, v. 1, n. 3, 2013. Disponível em: <http://www.revistaterceiramargem.com/index.php/terceiramargem/article/view/38>. Acesso em: 08 març. 2025.

Texto recebido em: 11/03/2025

Texto aprovado em: 07/06/2026

Publicado em: 08/06/2026